



**GRUPO PARLAMENTAR**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES**  
**VII Legislatura**

---

**Plano 2003 – Faial**  
**2002/11/12 – José Decq Mota**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Nunca, na História da Autonomia desta Região, um Plano Anual previu tão fraco investimento para a Ilha do Faial. Uma Ilha cuja importância histórica foi sempre reconhecida, uma Ilha cuja cidade foi capital de distrito, uma Ilha em que o Governo Regional tem assento na sua estrutura tripolar, uma Ilha onde está sediada esta Assembleia, principal órgão da nossa Autonomia, merece, no Plano para 2003 deste Governo Socialista, um investimento inferior a seis das outras ilhas.

Compreender-se-ia este tipo de decisão, se a Ilha do Faial tivesse sido beneficiária, nos últimos anos, de uma particular atenção, de um esforço de investimento acima da média, dos quais tivesse resultado a existência de um conjunto de infraestruturas vitais para o nosso desenvolvimento. Não foi assim, no entanto. É um facto notório que, nos últimos anos, o Faial tem vindo a perder peso no todo regional, sobretudo devido a este desprezo a que tem sido e continua a ser votado.

E que ninguém, do Governo ou da bancada que o suporta com maioria absoluta, tente qualquer habilidade mistificadora à volta dos números, nomeadamente dizendo que o Faial beneficia de seis milhões novecentos e quarenta e um mil contos, verba só ultrapassada pela Ilha de São Miguel, com sete milhões quatrocentos e um mil contos. Que ninguém o diga, porque todos sabemos que

cinco milhões oitocentos e quarenta e um mil contos correspondem à verba da reconstrução. Resta, assim, para investimento, apenas um milhão de contos.

Façamos as contas ao contrário. Imaginemos, por momentos, que o sismo tinha acontecido na Ilha de São Miguel e que o Governo decidia agir em relação a essa Ilha, no Plano de 2003, exactamente como agiu em relação ao Faial. Pois bem, retirados cinco milhões e oitocentos mil contos à verba de sete milhões e quatrocentos mil contos, restaria um milhão e meio de contos para investimento na ilha maior. Que micaelense o aceitaria?

Quem se possa então sentir tentado a dizer que os faialenses estão beneficiados com este Plano, porque usufruem de seis milhões e novecentos mil contos, lembre-se que cinco milhões e oitocentos mil contos são para acudir aos estragos de um sismo do qual não tivemos culpa.

E quem não tem culpa não deve ser punido.

Esta então uma primeira conclusão que podemos tirar: este Governo Regional está a punir os faialenses e a faltar à sua promessa de que o nosso desenvolvimento não sofreria por causa do sismo. Sofremos com o sismo e vamos sofrer ainda mais mercê do fraco investimento previsto para a nossa Ilha.

Aqui chegados, poderá haver uma segunda tentação – a de atirar as culpas todas para o Governo da República, pela solidariedade negada aos sinistrados do faial e do Pico. Não colherá igualmente, esse tipo de argumento. E dizemo-lo com a legitimidade de quem esteve, desde a primeira hora, ao lado do Governo Regional nessa luta, usando todas as armas e argumentos de que dispunhamos. Só que uma coisa é o sismo e a reconstrução, outra é o nosso desenvolvimento.

Podemos então tirar uma segunda conclusão: a falta de solidariedade que o Governo da República teve para connosco na reconstrução é a mesma falta de solidariedade que o Governo Regional tem para connosco em termos de desenvolvimento. Com uma agravante: enquanto Durão Barroso não quis cumprir uma promessa e um compromisso de Guterres para com Carlos César, o Presidente

do Governo Regional não quer cumprir uma promessa e um compromisso feitos por ele próprio aos faialenses – a promessa e o compromisso de que o facto de sermos sinistrados não afectaria o desenvolvimento da nossa Ilha.

De que falamos nós?

Falamos das nossas estradas regionais, cujo estado está uma lástima como nunca esteve e para cuja reparação o Governo prevê, em 2003, apenas vinte mil contos.

Falamos da nossa Biblioteca Pública e Arquivo, do nosso Passado e Cultura, para os quais o Governo prevê, em 2003, apenas dez mil contos.

Mas falamos ainda mais de investimentos essenciais como a escola Secundária, o Parque Desportivo, as infraestruturas para desenvolvimento da agricultura, a Variante à Horta, o campo de golfe e a pousada da juventude.

Todos estes investimentos são essenciais, mas ficarão outra vez adiados. Alguns deles, previstos no Plano de Médio Prazo, lá inscritos por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, como a nova Escola Secundária, agora pura e simplesmente desaparecem na proposta do Governo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Esta forma de governar não provoca apenas a nossa indignação. Indigna igualmente a Câmara Municipal da Horta e o seu Presidente, o Conselho da Ilha do Faial, Assembleia Municipal, e os Presidentes das Juntas de Freguesia da nossa Ilha. Sabendo nós que a maioria dos faialenses votou no PS nas últimas eleições regionais e locais, é possível uma terceira conclusão – este Governo está a governar contra a sua própria base de apoio e traíndo compromissos anteriormente assumidos com o Povo Faialense.

Poderia, entretanto, acontecer que a conjuntura internacional e a visão contraccionista do Pacto de Estabilidade do Governo da República tivessem levado

o Governo Regional a efectuar cortes substanciais que afectassem por igual todas as ilhas. Este Plano, no entanto, não se limita a efectuar cortes. Pelo contrário, tem várias verbas não previstas no Plano de Médio Prazo e que são agora introduzidas. São, a título de exemplo, os casos da Variante Ponta Delgada – Lagoa, para a qual se prevê um milhão de contos e o Palacete do Comendador Silveira e Paulo (antiga Escola Industrial de Angra, em cuja obra se prevê gastar um milhão de euros. Por outras palavras: só a Variante a construir em S. Miguel é equivalente a todo o investimento previsto para o Faial. Obras num Palacete equivalem a um quinto do investimento previsto para a nossa Ilha.

Em suma: quando as nossas estradas estão no estado deplorável que qualquer um pode constatar, prevêem-se avultados investimentos para novas estradas em São Miguel. Mas, mais do que isso: se, num quadro de carestia, se corta por igual no primário, não se pode, no mesmo quadro de carestia, investir no secundário. Os faialenses não podem compreender como é que um Palacete é mais importante que a Escola Secundária onde irão estudar os seus filhos, ou uma Biblioteca Pública e Arquivo, sobretudo quando chove em cima dos nossos livros e arquivos e a cidade de Angra do Heroísmo está bem apetrechada de várias infraestruturas a nível cultural.

Ao investir sobretudo nas ilhas de São Miguel e Terceira, o Governo Regional está a deixar claro que pretende continuar a orientar a sua política sob o diapasão do eleitoralismo. Só que governar sobretudo para as ilhas que dão mais votos é governar contra a Autonomia, contra os seus fundamentos constitucionais e estatutários. Não esqueçamos que a Constituição da República estatui que “a Autonomia das Regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses **regionais**”. E o nosso Estatuto, logo no artigo primeiro, diz que o arquipélago dos Açores é composto por **nove** ilhas, para acrescentar, no artigo 3º, que a autonomia visa o desenvolvimento económico e social integrado **do arquipélago**.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Para que a História registre o que não podemos deixar de repetir:

Continua a não haver neste Plano qualquer referência à conclusão dos pavimentos do Anel da E.R. Espalhafatos-Ladeira Vermelha;

Saiu do Plano para 2003 o troço da Variante Feteira – Santa Bárbara;

Saiu do Plano para 2003 o acesso ao Porto da Horta;

Saiu do Plano para 2003 a Escola Secundária da Horta;

O apoio à instalação do DOP sofreu uma redução de mais de 50%;

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, beneficiária de apenas 10 000 contos, ficará na mesma;

O Parque Desportivo sofreu uma redução de mais de 50% daquilo que estava previsto no PMP para 2003 – quer dizer, ficará na mesma inexistência.

O que nos leva à última conclusão, a mais triste de todas – este Governo está a governar sem atender a necessidades básicas da Ilha do Faial, comprometendo o desenvolvimento futuro desta Ilha. Por isso, enquanto não se dispuser decididamente a governar de forma diferente, não pode contar com o nosso apoio.